

*Artigo publicado nos Anais do IX SEMANA DE LETRAS – A Hora e a vez da Palavra, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Jandaia do Sul, Jandaia do Sul-PR, 24 a 28 de setembro de 2005.*

## **O ENSINO DO PRONOME NO LIVRO DIDÁTICO**

Ângela Francine FUZA (G – UEM)  
Juliano Desiderato Antonio (Orientador – UEM)

### **Introdução**

É comum observarmos em livros didáticos algumas deficiências quanto à elaboração dos conteúdos gramaticais e sua aplicação em exercícios, fazendo que, muitas vezes, o professor siga uma metodologia de ensino que não promove a aprendizagem por parte do aluno.

Este trabalho objetiva verificar e analisar o ensino dos pronomes no livro didático de língua portuguesa de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental, com o intuito de observar se o material exposto contribui para a aprendizagem e destacar se o método de ensino é baseado na gramática tradicional, que vê nas regras o caminho para a aprendizagem, ou na Linguística Textual, que tem como objeto de estudo o texto.

### **Fundamentação Teórica**

O livro didático, em geral, é a principal fonte de referência para os professores de Língua Portuguesa. No que diz respeito à gramática, a maioria dos materiais didáticos se fundamentam na Gramática Tradicional, que é objeto de várias críticas em razão de sua classificação sobre os vocábulos. Câmara Jr., em seu livro *A estrutura da Língua Portuguesa*, afirma que os vocábulos formais são distribuídos em classes fundamentais e a crítica realizada advém do fato da gramática tradicional “ser heterogênea em seus critérios e alinhar num quadro único o que na realidade corresponde a uma divisão de hierarquias e sub-hierarquias” (CÂMARA JR., 1977: 67). O que se observa é que a Gramática Tradicional expõe as classes de palavras de forma linear ou independente, como se elas não dependessem uma das outras. Além disso, utiliza para cada classe estudada um dos três critérios de classificação dos vocábulos que são: semântico refere-se ao significado do vocábulo; morfológico diz respeito à estrutura ou forma da palavra e o sintático, que leve em conta a função da palavra dentro da oração.

Para comprovar a heterogeneidade dos critérios de classificação, é possível destacar a explicação da classe pronome, que é o elemento de estudo deste trabalho, em duas gramáticas tradicionais. Segundo Said Ali (1964: 61) “pronome é a palavra que denota o ente ou a ele se refere, considerando-o apenas como pessoa do discurso. Pessoa do discurso

se chama o indivíduo que fala, o indivíduo com quem se fala e a pessoa ou coisa que se fala”. Essa é uma classificação baseada no critério semântico, visto que o autor apenas aponta o valor ou significado do pronome. Na gramática de Cunha (2001), tem-se somente uma classificação sintática, pois apenas são demonstradas as funções que os pronomes podem exercer dependendo da oração em que estão.

Câmara Jr. (1977: 69) propôs um novo tipo de classificação, trabalhando com os critérios morfo-semântico e funcional. No primeiro momento, tem-se o critério morfo-semântico no qual duas classificações (morfológica e semântica) estão intimamente ligadas, pois uma palavra é uma unidade de forma e sentido (o sentido ou significado de um vocábulo só é definido com o auxílio do conceito formal ou significante). Dentro do critério morfo-semântico, Câmara Jr. (1977: 69) distribui os vocábulos em nome, verbo e pronome. De acordo com o critério semântico, nome se refere a coisas e seres, e verbo diz respeito a processos (CÂMARA, 1977: 68). Ainda em relação ao critério semântico, é possível dizer que nome e verbo podem ser confundidos, pois, segundo o argumento filosófico, determinados nomes podem denotar processos (ações). Segundo Câmara Jr. (1977: 68), “alegou-se até que nomes, como em português, *viagem*, *juízo* ou *consolidação*, são processos” porque denotam ação. Embora haja essa distorção quanto ao critério semântico, no critério morfológico isso não acontece porque formalmente não é possível confundir nome e verbo. O nome traz as categorias de gênero e número, enquanto o verbo tem as categorias de modo, tempo, número e pessoa.

Segundo Câmara Jr. (1977: 68), o que caracteriza o pronome semanticamente é que ao contrário do nome, “ele nada sugere sobre as propriedades por nós sentidas (...) o pronome limita-se a mostrar o ser no espaço”.

Enquanto na classificação morfo-semântica, Câmara (1977: 69) dividiu nome, verbo e pronome, na classificação funcional subdividiu nomes e pronomes pela sua função na comunicação lingüística. O autor divide o nome e o pronome em substantivo (termo determinado), adjetivo (termo determinante de outro nome) e advérbio (termo determinante de um verbo). Com base em um exemplo, é possível observar essa classificação: “Pedro é muito inteligente” (CUNHA, 2001: 255). Nesse caso, “Pedro” é um termo determinado, visto que todos os elementos se referem a ele; “inteligente” é um termo determinante de um nome porque é uma qualidade atribuída a “Pedro”, e “muito” é um termo determinante de um verbo, pois o intensifica.

Assim como Câmara Jr. (1977) acredita que os vocábulos não devem ser classificados de formas isoladas, independentes do contexto em que estão Benveniste (1982: 51) também concorda, uma vez que é contra a idéia de que os pronomes constituem uma classe unitária, isto é, algo fechado que não pode apresentar exceções. Ele afirma que os pronomes se constituem de “espécies diferentes de acordo com o modo de linguagem da qual eles são signos” (BENVENISTE, 1982). Desse modo, os pronomes podem ser classificados de acordo com o contexto no qual estão inseridos, ou seja, não é necessário estudar ou ensinar apenas a nomenclatura gramatical, mas também perceber a necessidade dessa teoria dentro do texto. Um dos grandes problemas atuais que assustam alunos e professores é a produção de textos, pois nos livros didáticos e na escola o que se aprende são as nomenclaturas e classificações dos pronomes através de frases isoladas, sendo que a maioria das necessidades dos estudantes é saber aplicar e utilizar a teoria vista em seus textos.

## **A Lingüística Textual e o ensino dos pronomes**

O ensino e a aprendizagem de língua portuguesa nas escolas são realizados, em grande parte, através do livro didático. Porém, em razão desse material didático trabalhar apenas com a visão da Gramática Tradicional, o que se pode observar são exercícios de estruturas/frases isoladas com o intuito apenas de verificar a colocação ou posição do pronome, por exemplo. Entretanto, com o passar dos anos, essa visão estrutural da língua está sendo transformada em algo que realmente conduz ao aprendizado da língua portuguesa, pois os professores estão substituindo as estruturas isoladas por textos.

Segundo Gregolin (1993: 23-24), a Lingüística Textual é responsável por utilizar o texto como unidade de análise para promover o ensino de língua portuguesa. É muito comum professores e estudiosos dizerem que a escola ou a universidade precisam de estudantes críticos, que reflitam sobre os assuntos, que saibam as regras gramaticais e que construam um texto coerente. Porém, o que se vê nas escolas é que o estudante aprende apenas as teorias através de frases isoladas que não são expostas em um contexto, fazendo que no momento da produção textual ele não conseguia passar para o papel um texto com ordenação de idéias e de estruturas aprendidas porque não foi ensinado a construir algo com sentido e coerência, mas sim, frases descontextualizadas.

No caso dos pronomes, é muito comum haver somente a explicação teórica do professor e a aplicação do conteúdo em exercícios de complete as lacunas ou de colocação pronominal. Se o ensino do pronome fosse realizado com base em sua função textual, para que o aluno aprendesse tanto as regras gramaticais como a relação dos pronomes dentro de uma estrutura com sentido, talvez a aprendizagem fosse obtida com mais sucesso. No momento em que se trabalha com o texto, é possível que o aluno realize a retomada de outros elementos e idéias dentro da estrutura textual.

Koch (2004: 60-64) afirma que o estudante no momento da escrita realiza várias escolhas, como as escolhas de palavras, de estruturas, de regras etc. Há, ainda, a idéia de que se o aluno interage com o exercício ou com seus colegas antes de produzir o exercício, ele consegue adquirir outras informações e idéias que servirão para a sua produção. Quando se trabalha com a função referencial dos pronomes, o estudante produz seu texto utilizando elementos que remetem a outros itens coesivos necessários à compreensão do material. Logo, o estudante ao produzir sua escrita faz referência a outras idéias e estruturas, de modo a desenvolver sua capacidade de escolhas e de produção de algo com sentido. Quando o aluno tem somente uma aprendizagem de conteúdo através de exercícios estruturais, esse lado das escolhas e decisões não é despertado.

Segundo Koch (2002: 67), existem diferentes estratégias de referenciação textual, uma delas é o uso de pronomes, que foi sempre descrita pela lingüística como “pronominalização”. Koch (1991: 20) afirma que a referência pode ser exofórica, quando há o estabelecimento de referências entre os dados da realidade externa (situação comunicativa); e pode ser endofórica, que é o estabelecimento de referências entre

elementos do próprio texto, que se divide em anáfora e catáfora. Na referência endofórica por anáfora, o elemento pressuposto está verbalmente explicitado e pode ser encontrado em alguma sentença anterior. Por exemplo: “Paulo e José são excelentes advogados. Eles se formaram na Academia do Largo de São Francisco” (KOCH, 1991: 21). Nesse exemplo, o pronome “eles” é um elemento coesivo de referência endofórica por anáfora porque retoma os nomes “Paulo e José” explicitados anteriormente. Observou-se que para realizar esse pequeno texto, o aluno teve que saber que “Paulo e José” poderiam ser trocados pelo pronome “eles”. Logo, vê-se que o texto é a melhor maneira de desenvolver tanto o conhecimento da gramática como o de relação dos elementos dentro de uma estrutura, pois o aluno começa a armazenar em sua mente as relações e construções que ele pode realizar. Em relação ao pronome de terceira pessoa “eles”, Benveniste (1982: 56) afirma ser um membro não marcado ou não-pessoa porque é o único modo de enunciação possível para as ocorrências de discurso que não devem remeter a si mesmo, pois o pronome de terceira pessoa (“eles”) é utilizado para falar de outras pessoas. Para Benveniste (1982: 56), os pronomes de terceira pessoa têm a qualidade de substitutivos abreviativos (“Pedro e José são... . Eles...”); “eles” substituem os nomes do enunciado. Há, ainda, a referência endofórica por catáfora, na qual o termo pressuposto aparece depois da palavra que fez referência a ele. Por exemplo: “Realizará todos os seus sonhos, menos este: o de entrar para a academia” ( KOCH, 1991: 21). Observa-se que o pronome “este” remete a um termo pressuposto que aparece depois dele.

A partir do exposto faz-se necessário observar de que modo os pronomes atuam na construção do sentido de um texto. Para isso, serão utilizados alguns fragmentos de um texto presente no livro didático da 5ª série, retirada da Folha de S. Paulo (1998), que tem como tema o trabalho escravo infantil. Eis o texto:

*“Crianças escravizadas*

*Explorar o trabalho escravo é ruim. Mesmo assim, existem trabalhos infantis que são piores. / É o caso de crianças que são usadas como escravas junto com suas famílias. / Os donos de fazendas que fazem isso cobram a comida e o aluguel dos trabalhadores. Mas o dinheiro cobrado pela alimentação e pela moradia é sempre maior do que o salário que esses fazendeiros pagam para essas pessoas. / Era assim que os senhores de engenho tratavam seus escravos.”*

(FARACO E MOURA, 2002: 131, 5ª série).

Esse exemplo retrata a questão da referência que os pronomes exercem dentro de um texto; eles auxiliam na coesão textual, haja vista seu caráter de ligação dos elementos dentro do enunciado. O pronome demonstrativo “isso” (“Os donos de fazenda que fazem **isso**...”) faz referência a um fato expresso anteriormente: “crianças que são usadas como escravas junto com suas famílias”. Sua utilização faz com que a idéia seja retomada sem a necessidade de repetição de todo o período. Outro exemplo é o pronome “esses” (“o

*salário que esses fazendeiros...*), que faz referência aos donos de fazenda que utilizam o trabalho escravo infantil. Logo, vê-se que o ensino do pronome baseado no estudo do texto possibilita aos estudantes a reflexão sobre a coerência e a coesão textuais, já que ao escrever ele tem que atentar para o uso dessa classe e sua devida colocação. A abordagem dada ao ensino pronominal no livro analisado não se relaciona a essa questão de referenciação textual, pois está voltada ao ensino normativo de regras. Deve-se observar que o ensino de classes gramaticais através do texto propicia não apenas o contato do aluno com os aspectos da colocação pronominal ou da referência, mas também, desenvolve a capacidade de coerência e de demonstração das idéias do estudante no momento em que terá que produzir seu texto.

A partir do analisado, constata-se que o livro didático não considerou a função textual ao realizar o ensino do pronome, utilizando o texto como um pretexto para o ensino da Gramática Normativa.

### **As concepções de linguagem**

Antes de partir para a análise do ensino dos pronomes no livro didático de língua portuguesa, faz-se necessário conhecer as concepções de linguagem que podem estar presentes nele.

Segundo os PCNs (BRASIL, 1998: 20), é possível entender a linguagem como uma ação entre indivíduos orientada para uma finalidade, um processo de interlocução que acontece nas práticas sociais que se diferenciam historicamente e dependem das condições da situação comunicativa. Entretanto, durante muitos anos, a linguagem não foi vista como produto da interação, mas sim, como expressão do pensamento e como instrumento de comunicação. Segundo Travaglia (1996: 21), na concepção de linguagem como expressão do pensamento, o texto ou exercício é visto como um produto – lógico do pensamento (representação mental) do autor, cabendo ao leitor /ouvinte captar a representação mental. A aprendizagem da teoria gramatical é tida como garantia para se chegar ao domínio da linguagem oral e escrita, isto é, acredita-se que a prática de exercícios gramaticais leva à incorporação do conteúdo e que a gramática normativa deva ser o núcleo de ensino. Na linguagem como instrumento de comunicação, a língua é vista como um código, ou seja, signos que se combinam segundo regras e que obedecem a uma convenção, possibilitando a “transmissão de informações” (KOCH, 1997: 09). Essa é a concepção confessada nos livros didáticos, “nas instruções ao professor, na introdução, nos títulos, embora em geral acabe sendo abandonada nos exercícios gramaticais” (GERALDI, 1997: 41). Em princípio, as questões parecem inovadoras, mas na verdade, são tradicionais. É válido lembrar que a possibilidade de desenvolver a expressão oral e escrita é vista no trabalho com as estruturas isoladas da língua. A expectativa é a de que o aluno seja capaz de estruturar o maior número de frases dentro da variedade padrão, a partir do estudo destas estruturas.

As concepções de linguagem como expressão do pensamento e instrumento de comunicação foram utilizadas durante muito tempo. Porém, atualmente, os estudos lingüísticos criticam as duas visões e partem para a concepção que vê a linguagem como

forma de interação, na qual os sujeitos são vistos como construtores sociais, pois é através da interação de diálogos entre os indivíduos que ocorrem as trocas de experiências e conhecimentos. O interesse maior dessa concepção é levar o aluno não apenas a conhecer a gramática da língua, mas a desenvolver a reflexão sobre o mundo, posicionar-se criticamente e utilizar a língua como seu instrumento de interação social. Considera-se no texto, que é o núcleo do trabalho (isso porque, em razão de possuir um contexto e trazer uma história, proporciona um maior envolvimento com a entidade lingüística do que as estruturas isoladas da língua), a intertextualidade, a incompletude e a legibilidade e que o mesmo apresenta uma leitura possível da realidade (CAZARIN, 1995), enquanto o diálogo é o responsável por caracterizar a linguagem (TRAVAGLIA, 1996: 23).

### **Análise do ensino dos pronomes no livro didático**

Ao levar em consideração a teoria apresentada, é possível realizar um estudo sobre o ensino dos pronomes no livro didático de língua portuguesa do ensino fundamental. Em razão de as edições do material didático sobre os pronomes serem extensas, serão destacadas apenas algumas explicações e alguns exercícios para que se verifique a concepção de linguagem apresentada nele e se a proposta de ensino está voltada para a Gramática Tradicional ou para a Lingüística Textual.

A partir da análise dos livros didáticos do ensino fundamental “*Lingügem Nova*”, de Faraco e Moura (2002), foi possível verificar, em um primeiro momento, que o livro da 5ª série apresentou um maior número de explicações, pois fez referência ao estudo dos pronomes pessoais, pronomes de tratamento, pronomes possessivos e demonstrativos. No livro da 6ª série, estudaram-se apenas os pronomes indefinidos e os interrogativos; na 7ª série, viu-se somente o emprego do pronome “*lhe*” e, no material da 8ª série, observou-se o ensino do pronome relativo.

Após realizar esse levantamento verificou-se como era realizado o ensino desses pronomes, se era baseado na Gramática Tradicional ou na Lingüística Textual. O que se pode observar de modo geral é que, os livros didáticos fazem uso da Gramática Tradicional tanto em suas explicações como no modo de exemplificá-las. No caso do livro didático da 5ª série, há uma definição geral e sintática do que é um pronome: “é a palavra que substitui ou acompanha um substantivo” (FARACO E MOURA, 2002) e depois se inicia a explicação dos pronomes pessoais. Estes são explicados a partir de uma definição da Gramática Tradicional, visto que são apresentadas as explicações e logo abaixo há um exemplo para que as crianças vejam, de forma simples, como esses pronomes são utilizados. Um exemplo de explicação é: “na gramática, a pessoa que fala é a primeira pessoa. Os pronomes de primeira pessoa são: eu (singular), nós (plural). Por exemplo: - Aqui estou eu” (FARACO E MOURA, 2002). Esses modelos parecem seguir a estrutura tradicional, pois há uma explicação e depois uma frase isolada para explicá-la, não havendo, assim, a utilização de textos para se verificar a teoria. Caso fosse usado um texto

para exemplificar e explicar o assunto visto, o professor poderia trabalhar questões de referência, demonstrando como um pronome pode se referir ou substituir algo já visto e, ainda, despertar a curiosidade do aluno para o assunto tratado no texto, etc. Entretanto, ao utilizar a explicação tradicional, o professor apenas trabalha questões estruturais da língua, deixando de desenvolver outros aspectos importantes do aluno, como sua criticidade. Existem muitas pessoas que pensam não ser possível ensinar gramática a partir de uma estrutura textual, desenvolvendo também a interação entre os alunos, porém tal atividade é possível, porque ao mesmo tempo que o aluno aprende a estrutura formal da língua, ele pode desenvolver outros aspectos, como a aprendizagem da escrita de seus próprios textos.

No momento em que se ensina o pronome de tratamento, observa-se uma posição totalmente normativa, visto que as atividades desenvolvidas estão no âmbito da frase não possibilitando a contextualização desses pronomes. Embora os pronomes de tratamento não sejam tão comuns no uso cotidiano do aluno, é importante que eles os saibam, uma vez que podem utilizá-los no momento da escrita de um texto ou de uma carta para alguma autoridade. Acredito que as atividades baseadas em estruturas frasais não levam o aluno a compreender e a aprender o uso dos pronomes de tratamento, é preciso contextualizá-los, seja através de textos escritos ou orais, como uma apresentação teatral em sala, fazendo uso dos pronomes ensinados pelo professor. No livro analisado tem-se o ensino normativo, que pode ser constatado através do seguinte exercício:

*“Pesquise em gramáticas qual o pronome adequado a cada situação abaixo:*

- A. *Ao escrever para um príncipe.*
- B. *Ao dirigir-se a reis e imperadores.*
- C. *Ao dirigir-se respeitosamente a alguém.*
- D. *Ao dirigir-se a altas autoridades”*  
(FARACO E MOURA, 2002: 117,5ª SÉRIE).

Esse exercício pode ser enquadrado na concepção que tem a língua como instrumento de comunicação. Ao efetuá-lo, o aluno precisa apenas verificar o pronome adequado a cada situação e a expectativa desse tipo de exercício é a de que o aluno seja capaz de observar e gravar em sua mente os pronomes usados nas diferentes situações, pois dessa forma ele terá condições de aplicar o conteúdo visto, na oralidade e na escrita.

Na 6ª série, o livro didático traz o estudo dos pronomes indefinidos. Esses pronomes são explicados a partir de um exercício. Eis o exemplo:

*“As palavras destacadas referem-se aos substantivos de modo vago, indefinido, impreciso. Identifique, nos trechos seguintes, palavras que também se referem a um substantivo de modo vago:*

*A. Ângela era mais bem educada que qualquer menina.*  
*B. Passei alguns dias no Rio.*  
*C. Garçom, traga-me outro prato, por favor.*  
*Essas palavras são **pronomes indefinidos***".(FARACO E  
MOURA, 2002: 55, 6ª SÉRIE.)

Nesse exercício, o aluno deve apenas destacar dessas frases os pronomes indefinidos (“qualquer-todas-alguns-outro”). Em razão de serem frases, os exemplos são elementos isolados, nos quais o aluno não observa nenhuma ligação ou seqüência, assim como em um texto. Logo, esse exercício segue o princípio da Gramática Tradicional, isto é, uma explicação e um exemplo, ou melhor, uma definição embutida no exemplo.

O emprego do pronome “lhe” é visto na 7ª série, de forma muito rápida e sucinta. O autor retirou uma frase de um texto: “Os ponteiros do relógio são bússola do homem civilizado: o pequeno **lhe** indica para onde deve ir, o grande **lhe** diz se deve ir devagar ou depressa” (FARACO E MOURA, 2002: 185) e fez um estudo desse pronome, observando qual a função sintática desse elemento na frase etc. O que se percebe é que mesmo havendo um texto para serem verificados os pronomes, o autor destaca dele uma frase isolada, fazendo com que continue o ensino tradicional. No livro da 5ª série, antes de haver o estudo dos pronomes possessivos, o autor apresenta o texto “Crianças escravizadas”, da Folha de S. Paulo (1998), exposto anteriormente na seção “A Linguística Textual e o ensino dos pronomes”. Embora se pense que a explicação dos pronomes será realizada a partir de um texto, isso não ocorre porque mais uma vez o autor destaca as frases da estrutura textual, realizando assim, uma explicação no nível da frase. Eis os exercícios:

*“Veja:*  
*“Era assim que os antigos senhores de engenho no*  
*Brasil tratava **seus** escravos”*  
*O pronome **seus** está indicando posse, isto é, a quem*  
*pertencem os escravos.*  
*Como esse pronome indica posse é chamado*  
***possessivo.**”*

Ao invés de destacar as frases do texto para explicar, o professor ou o autor do livro poderia propor um estudo do texto, demonstrando os pronomes já estudados e, também, desenvolvendo uma discussão sobre o tema do texto, visto que é tão polêmico. Caso o professor trabalhasse assim, ele poderia ensinar os pronomes de forma contextualizada, verificando seus possíveis usos e também despertando um maior interesse de discutir e refletir um determinado assunto. Na 8ª série, estudam-se os pronomes relativos, utilizando uma proposta da gramática tradicional com exercícios estruturais.

Na análise do ensino dos pronomes no livro didático, não foram encontradas explicações e exercícios que se enquadrassem na concepção de linguagem como forma de interação, visto que o ensino dos pronomes é realizado com base na Gramática Tradicional

e nos modelos estruturais. Talvez a interação fosse alcançada, caso o professor realizasse o ensino dos pronomes com base na lingüística textual, que vê o texto como um objeto de ensino e interação, pois o aluno ao interagir com o texto pode aprender tanto regras gramaticais como também observar os elementos que formam e fazem o texto ser coerente.

### **Considerações finais**

A partir da análise de uma coleção de livros didáticos de ensino fundamental de língua portuguesa, foi possível verificar que esses objetos de ensino e estudo são baseados, de forma geral, na Gramática Tradicional, não apresentando abertura à Lingüística Textual. Os exercícios e as explicações são estritamente estruturalistas e seguem as concepções de linguagem como expressão do pensamento e como instrumento de comunicação, pois propõem um estudo estrutural da linguagem para que o aluno saiba usar as estruturas na oralidade e na escrita. A criança que aprende e exercita desde pequena apenas exercícios que estudam a estrutura da língua terá dificuldades no futuro no momento da produção textual, pois ela somente aprendeu estruturas isoladas, como as frases utilizadas em exemplos e exercícios e não conseguirá construir um texto com coerência.

Quando o professor ensina os pronomes com exercícios e explicações baseadas na Lingüística Textual, ele consegue desenvolver em seus alunos outras qualidades, ao contrário do ensino de caráter normativo. Caso haja um estudo dos pronomes pessoais retos, a partir de um texto, é possível ensinar para o aluno as regras gramaticais de forma contextualizada, observar a coerência entre as frases, ver exemplos de referência, fazendo com que o estudante aprenda, realmente, o conteúdo e não o decore. A criança que estuda com os livros didáticos expostos provavelmente terá uma “aprendizagem” instantânea, ou seja, irá memorizar os conteúdos vistos para a prova e não aprenderá. Além disso, não desenvolverá sua capacidade de construção de texto, visto que os exercícios valorizam apenas a estrutura da língua a partir de frases isoladas que não são consideradas em relação a sua função textual.

### **Referências**

- BENVENISTE, E. A natureza do pronome. In: DASCAL, M. (org). *Fundamentos metodológicos da Lingüística*. Vol.IV- Pragmática. Unicamp / IEL, 1982.
- BRASIL, SEF. *Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa: 5ª a 8ª séries*. Brasília: SEF, 1998.

- CÂMARA, Jr. M. A classificação dos vocábulos formais. In: *A estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1977, p.67-70.
- CAZARIN, E.A. *Princípios gerais para uma metodologia do ensino de língua portuguesa*. Ijuí, 1995.
- CUNHA, C. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed.- Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FARACO, C.E. e MOURA. *Linguagem Nova*. São Paulo: Ática, 2002.
- GERALDI, J.W. Concepção de linguagem e ensino. In: *O texto na sala de aula*. São Paulo: Ática, 1997, p.39-46.
- GREGOLIN, M.R.V. *Linguística textual e ensino de língua: construindo a textualidade na escola*. São Paulo: Alfa, 1993, p.23-30.
- KOCH, I.G.V. *A coesão textual*. 3.ed. São Paulo: Contexto, 1991.
- KOCH, I.G.V. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 1997.
- KOCH, I.G.V. *Desvendando os segredos do texto*. Cortez, 2002.
- KOCH, I.G.V. *Introdução à linguística textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- SAID ALI, M. *Gramática secundária e gramática histórica da língua portuguesa*. 3.ed. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1964.
- TRAVAGLIA, L.C. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. São Paulo: Cortez, 1996.

